

**FUNDAÇÃO INSTITUTO CAPIXABA DE PESQUISAS EM  
CONTABILIDADE, ECONOMIA E FINANÇAS – FUCAPE**

**JOSÉ MÁRIO BISPO SANT'ANNA**

**O IMPACTO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DOS GOVERNOS  
ESTADUAIS NO NÍVEL DO PRODUTO INTERNO BRUTO**

**VITÓRIA**

**2011**

**JOSÉ MÁRIO BISPO SANT'ANNA**

**O IMPACTO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DOS GOVERNOS  
ESTADUAIS NO NÍVEL DO PRODUTO INTERNO BRUTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador:

Professor Doutor Arilton Teixeira

**VITÓRIA**

**2011**

**JOSÉ MÁRIO BISPO SANT'ANNA**

**O IMPACTO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DOS GOVERNOS  
ESTADUAIS NO NÍVEL DO PRODUTO INTERNO BRUTO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, da Fundação Instituto Capixaba de Pesquisa em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovada em 23 de agosto de 2011.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

**Profº. Dr.: ARILTON TEIXEIRA**

**FUCAPE**

**Profº. Dr.: FÁBIO MORAES DA COSTA**

**FUCAPE**

**Profº. Dr.: Andres Rodriguez Veloso**

**USP – UNIVERSIDADE SÃO PAULO**

Dedico este trabalho a Silvana,  
Pedro Enrico e Ana Beatriz.

## **AGRADECIMENTOS**

Na vida alguns objetivos são definidos para serem alcançados. Um mestrado não é humanamente e estatisticamente algo fácil de ser concluído, sequer começado. Este representa o terceiro, o primeiro não reconhecido e o segundo em Ciências Contábeis.

Posso me sentir um ser iluminado pela conclusão desta etapa, mas por trás do sucesso, posso garantir que estavam:

Minha família, começando pela minha amada Esposa Silvana, meu Filho querido Pedro Enrico e minha doce Filha Ana Beatriz, que boas horas me concederam para esta jornada.

O corpo técnico e administrativo da FUCAPE, principalmente o meu Orientador Prof. Dr Arilton, pesquisador e profissional dedicado à pesquisa, que nos momentos de decisão fez a diferença.

O meu grande amigo Luiz Fernando Dalmonech, quantas ligações e discussões do estudo, pesquisador nato, que merece a co-autoria deste trabalho.

Aos colegas de trabalho da Secretaria de Controle e Transparência com as contribuições e argumentações sobre o assunto e aos Gestores da Instituição que nos propiciaram com parte do pagamento do curso. E aos demais colaboradores que aqui não foram nominados, mas não foram esquecidos.

E o grande Maestro de nossas vidas, O Senhor “DEUS”. Palavras não descreveriam todo o agradecimento pelo seu amor e carinho para conosco, porque não foram poucas as pedras jogadas no caminho, mas fomos presenteados com “chuvas de bênçãos” e aí não existe luta que resista ou que se prolongue.

“Bendito seja o Deus e Pai de  
nosso Senhor Jesus Cristo, que,  
segundo a sua grande  
misericórdia, nos gerou de novo  
para uma viva esperança, pela  
ressurreição de Jesus Cristo  
dentre os mortos”.

*(1 Pedro 1:3.)*

## RESUMO

A estratégia surge no meio acadêmico nos anos 60 como atributo de sobrevivência para as Organizações privadas e Governamentais, com conceitos de como deveriam ser formuladas e operacionalizadas. Atualmente dá-se maior ênfase ao modelo descritivo (como é) em substituição do modelo prescritivo (como deveria ser). Assim, esse trabalho tem como objetivo analisar o impacto das ações estratégicas deliberadas pelos Governos Regionais e Distrito federal, na execução dos gastos públicos e sua relação com nível do Produto Interno Bruto. O período analisado é de 1999 a 2009 e os dados foram obtidos na Secretaria de Tesouro Nacional, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Fundação Getulio Vargas. A importância deste trabalho é a de fornecer informações que permitam uma discussão sobre a execução dos gastos governamentais estabelecidos no planejamento estratégico dos governos regionais, permitindo dessa forma (re) conhecer como é o comportamento do planejamento em relação ao nível de crescimento do produto de curto prazo e longo prazo, implementados via orçamento anual. A presença dos Governos estaduais é percebido pela sociedade e pelo mercado nas funções de gastos estabelecidas no planejamento estratégico governamental através do Planejamento Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Utilizou-se no estudo Dados em Painel. A variável dependente utilizada foi o PIB Privado dos Estados (PIBPRIEST). As variáveis independentes utilizadas foram ano de eleição, despesas públicas, representando o que foi consumido pelas ações estratégicas governamentais dentro de suas respectivas funções de gastos como Previdência e assistência social, Saúde e Saneamento, Educação e Cultura, Habitação e Urbanismo, Transporte, Agricultura, Indústria, Comércio e Serviço, Segurança, Trabalho e Energia e como variável de controle o PIB privado do país (PIBPRIBRA). Os resultados obtidos estatisticamente evidenciam que em sua grande maioria as ações estratégicas governamentais não estão relacionadas com o nível de crescimento do produto, sendo, portanto, ações estratégicas improdutivas.

Palavras-chave: Gasto Público. Planejamento Estratégico Governamental. PIB.

## **ABSTRACT**

The strategy comes in academia in 60 years as an attribute of survival for private and governmental organizations, with concepts as they should be formulated and operationalized. Currently there is a greater emphasis on the descriptive model (as is) instead of the prescriptive model (as it should be). Thus, this study aims to analyze the impact of strategic actions discussed by the regional governments and Federal District, in the execution of public expenditures and their relationship to the level of Gross Domestic Product. The period analyzed is 1999 to 2009 and data were obtained at the Secretary of Treasury, the Brazilian Institute of Geography and Statistics and Getulio Vargas Foundation. The importance of this work is to provide information for a discussion on the implementation of government spending set out in the strategic planning of regional governments, thereby allowing you to (re) learn how the behavior of planning in relation to the level of growth of short term and long term, implemented through the annual budget. The presence of the State Government is perceived by society and the market in the expenditure functions set out in the government strategic planning through the Planning (PPA), the Budget Guidelines Law (BGL) and the Annual Budget Law (ABL). It was used in the study Panel Data. The dependent variable was the GDP of the States Private (PIBPRIEST). The independent variables were an election year, public expenditure, representing what was consumed by the strategic actions within their respective governmental functions as welfare spending and welfare, Health and Sanitation, Education and Culture, Housing and Urban Development, Transportation, Agriculture, Industry, Commerce and Service, Security, Labor and Energy and as a control variable GDP country's private (PIBPRIBRA). The results show that statistically mostly government strategic actions are not related to the level of output growth, and therefore unproductive strategic actions.

Keywords: Public Spending. Government Strategic Planning. GDP.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Total de recursos gastos nas ações estratégicas dos Estados 1998 a 2009.....	29
Tabela 02 - PIB Privado dos Estados X Ações Estratégicas Governamentais Consolidadas em T-1.....	31
Tabela 03 - PIB Privado dos Estados X Ações Estratégicas Governamentais (por Função de Gasto) em T-1.....	33
Tabela 04 - PIB Privado dos Estados X Ações Estratégicas Governamentais Consolidadas em T-5.....	38
Tabela 05 - PIB Privado dos Estados X Ações Estratégicas Governamentais Consolidadas (por Função de Gasto) em T-5.....	40

## **LISTA DE SIGLAS**

FGV – Fundação Getulio Vargas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária

LOA – Lei Orçamentária Anual

PIB – Produto Interno Bruto

PPA – Plano Plurianual

STN – Secretaria do tesouro Nacional

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>12</b>
<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>15</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>15</b>
<b>2.1 ESTRATÉGIAS: DELIBERADA E EMERGENTE</b> .....	<b>15</b>
2.1.1 <i>Comprometimento a Formulação e a Implementação Estratégica</i> .....	16
2.1.2 <i>O Gasto Público como Ação Estratégica</i> .....	18
2.1.3 <i>O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e a Lei Orçamentária Anual</i> .....	19
<b>2.2 GASTO PÚBLICO E NÍVEL DE CRESCIMENTO</b> .....	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>25</b>
<b>3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>25</b>
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>29</b>
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS</b> .....	<b>29</b>
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>44</b>
<b>5 CONCLUSÃO</b> .....	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>47</b>

## Capítulo 1

### 1 INTRODUÇÃO

Nos anos 60 surge no meio acadêmico o Estudo da “Estratégia” como atributo de sobrevivência para as Organizações privadas e as Governamentais. Foram concebidos alguns conceitos de como deveriam ser formuladas as Estratégias das Organizações. Nos anos 70 estes conceitos foram se aprimorando para um processo prescritivo de planejamento formal, separado e sistemático.

Modelos foram sendo desenvolvidos ao longo desses anos, modificados em sua formulação, com uma preocupação maior na descrição em detrimento daquele modelo prescritivo, com formas e conceitos pré-formatados (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL, 2004)

A estratégia para Whittington (2004) representa um plano, uma visão de futuro, um resultado esperado. Mas as necessidades de ajustes no decorrer das estratégias são necessárias, pois nem todas as variáveis do ambiente são controladas. Assim, para Mintzberg, Ahlstrand e Lampel (2004, p. 18/19) as ações estratégicas são as intenções plenamente realizadas ou estratégias deliberadas e as intenções estratégicas emergentes.

Nas Organizações privadas, com fins lucrativos, são encontradas a aplicação e a utilização do planejamento estratégico como um padrão, plano, posição, ou perspectiva, como forma de “(...) mapear o curso de uma organização para que ela navegue coesa através de seu ambiente”. (MINTZBERG; AHLSTRAND; LAMPEL-2004).

Ao analisar a estratégia adotada por governos locais, Stevens e McGowan (1983, p. 532), encontraram paralelos interessantes entre o setor governamental e o setor privado. Mas quanto à flexibilidade a estratégia adotada pelo setor governamental é mais restrita tendo em vista ser um modelo oficial, ou seja, aprovado por um parlamento.

No Brasil a Constituição Federal de 1988 (CF/88) estabeleceu em seu artigo 165, o Planejamento Estratégico público, nas três esferas de governo (municipal, estadual e federal) e a necessidade de ser composto em três instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) .

Estes mecanismos são formulados dentro das normas e padrões estabelecidos na legislação vigente, que define os objetivos de longo prazo (objetivos estratégicos), com ações estratégicas de curto e médio prazo. Todas as ações estratégicas somente fazem sentido, se estiverem alinhadas com os objetivos estratégicos de longo prazo.

As ações e os objetivos estratégicos governamentais são estabelecidos no planejamento estratégico governamental com metas a serem alcançadas na sua área de atuação.

Estas áreas são desdobradas em funções, consomem recursos, presentes no orçamento público, devem ser analisados em termos de custo versus benefício, o que pode definir ou orientar um melhor uso de recursos e o aumento da produtividade, evidenciando a necessidade de se determinar a qualidade do gasto público (produtivo ou improdutivo) e impactando no nível de crescimento do produto.

Em sua afirmação Lledó e Ferreira, (1997) destacam que gastos públicos podem elevar o crescimento econômico, aumentando a produtividade do setor privado, podendo ainda elevar os retornos privados, a taxa de poupança e o acúmulo de capital, mas desde que esses gastos públicos sejam produtivos.

Existem duas correntes teóricas que estudam o resultado dos gastos públicos. A primeira corrente teórica encontrou em seus estudos uma relação entre gasto público e o Produto Interno Bruto (RAM, 1986; BARRO, 1990; 1991; CASHIN, 1995; ASCAHUER, 1989, apud CÂNDIDO JÚNIOR, 2001); a segunda corrente teórica defende que os gastos públicos são improdutivo e não geram nenhum produto adicional porque são apenas resultantes de interesses de grupos, fazendo parte desse grupo Srinivasan (1985), Buchanan (1980) e Bhagwati (1982) apud Cândido Júnior (2001) e Kormendi e Meguire (1985), Grier e Tullock (1989) e Summers e Heston (1988) apud por Rocha e Gilberti (2007).

Este trabalho tem como questão de pesquisa a seguinte indagação: qual o impacto das ações estratégicas dos governos estaduais ao executarem os gastos públicos, no nível do PIB?

A importância para a realização desse trabalho é de fornecer informações que permitam uma discussão sobre os instrumentos utilizados para o planejamento estratégico dos Governos Estaduais, estabelecidos no artigo 165 da Constituição Federal de 1988, como o (PPA, LDO e a LOA) e sua relação com o nível do PIB.

O trabalho tem como objetivo analisar o impacto das ações estratégicas dos governos estaduais ao executarem os gastos públicos no nível do PIB.

## Capítulo 2

### 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A estratégia pode ser definida como um conjunto de decisões, consciente, racional e coerente, sobre ações a empreender e sobre uma gama ampla de insumos a utilizar. É levado em consideração níveis de comprometimento, riscos, incertezas e objetivos a alcançar, de curto e longo prazo, variações externas nas áreas econômicas, política, social e tecnológica e o impacto no meio social e as ações que possam ser tomadas pelas organizações concorrentes (LODI, 1969; RICHERS, 1982; CUSTÓDIO, 1986; WHITTINGTON, 2004; CARAVANTES, PANNO e KLOECKNER, 2005, p. 430, ANSOFF 1987, VOLBERDA 2004, MINTZBERG E WATERS 1985).

#### 2.1 ESTRATÉGIAS: DELIBERADA E EMERGENTE

A tipologia de estratégia pode ser classificada em dois grandes grupos: deliberada e emergente. Estratégia deliberada é um processo de tomada de decisão dentro de um cenário previsível, exigindo total controle das variáveis, o que requer pressupostos da racionalidade ilimitada, simetria informacional e certeza. Além disso, assume-se a tendência linear existente ou devido a controle normativo, enfatizando direção central e hierarquia (MINTZBERG e WATERS, 1985).

A estratégia emergente é resposta imediata da organização a uma oportunidade do ambiente, principalmente diante de eventos contidos no planejamento estratégico e que apresentam maior probabilidade de não se concretizarem no futuro. Estas representam o quanto uma Instituição é flexível a

reagir a uma oportunidade ou até ameaças que surgem no decorrer de uma ação ou processo.

### 2.1.1 Comprometimento a Formulação e a Implementação Estratégica

Os fatores que comprometem ou podem comprometer a formulação e a implementação de estratégias nas organizações públicas e privadas são: (i) pressões políticas que condicionam a ação de seus administradores e que inibem a elaboração e, principalmente a implementação de planos estratégicos adequados; (ii) as pressões políticas se voltam para resultados visíveis ao público ou à própria classe política, a curto prazo; (iii) quando ocorrem decisões de maior impacto essas se voltam para a realização de grandes obras ou investimentos, nem sempre posicionados para parte de um plano estratégico sistematicamente elaborado; (iv) descontinuidade administrativa, decorrente da rotação periódica de seus administradores, trazendo, como consequência, uma descontinuidade também em seu processo de planejamento e na caracterização de suas missões, diretrizes, objetivos e estratégias; (v) baixa orientação para o mercado; (vi) proposição de linearidade para o todo, sendo que diversas subunidades representam uma proliferação desordenada de classificações sobre preferências e visões divergentes acerca das relações entre causa e efeito; (vii) poder nas organizações, fator apontado como diferencial entre as Organizações Privadas que busca pela eficiência e nas Organizações públicas a prevenção pelo exercício do poder (CUSTÓDIO, 1986; RING; PERRY, 1985; ANSOFF, 1987; VOLBERDA, 2004).

Nos estudos de Ring e Perry (1985) outro fator apresentado é o poder da imprensa que pode fazer com que medidas necessárias não sejam discutidas e/ou implementadas em função de algumas condições como: (i) popularidade dos

gestores públicos; (ii) ações estratégicas que contrariam interesses de indivíduos ou grupos ; (iii) Indivíduos ou grupos que querem tirar proveito da situação.

Outro fator que pode comprometer a formulação e a implementação da estratégia é abordado por Nutt (1989) que concluiu que existe uma tendência para diretores estratégicos investirem pouco do tempo na implementação, evidenciando, portanto, um baixo-envolvimento. Em 93% do fracasso na implementação da estratégia para Nutt(1989) está no baixo envolvimento dos diretores estratégicos (alta administração), mesmo deixando um assessor representando-o.

No trabalho de Nutt (1989) quando os diretores implementavam planos estratégicos houve 94% de sucesso e quando não havia o envolvimento dos diretores estratégicos, apenas 19% obtiveram sucesso. Existe ainda o problema dos diretores estratégicos que são responsáveis por guiar a evolução estratégica da organização, porém, pode ocorrer de que na prática, os diretores estratégicos também busquem influenciar o processo em uma direção que cumpre as suas aspirações pessoais, citando como exemplo o poder (ANSOFF, 1987).

A administração pública tem, em geral, horizonte estratégico de dois a quatro anos, o que é uma medida conservadora e de orientação de curto prazo, mesmo em atividades que demandem orientação em períodos maiores e geralmente entre períodos de eleições. Portanto, há uma pressão para a obtenção de resultados rápidos, objetivando alcançar metas pessoais e de grupos políticos, comprometendo investimentos e evoluções de longo prazo (LODI, 1969; CORRÊA, 1980; ARAÚJO, 1990).

No longo prazo têm-se vantagens como: (i) compreensão mais clara dos futuros impactos de decisões atuais; (ii) maior consciência das mudanças econômicas e sociais; (iii) antecipação das áreas que requerem mudanças futuras;

(iv) aumento da velocidade das informações relevantes para monitoramento e avaliação; e (v) implementação mais rápida das futuras decisões. Já no curto prazo tem-se o desprezo pelos objetivos de longo prazo em benefício dos objetivos de curto prazo, principalmente diante de prêmios ou para atingir objetivos pessoais, como permanecer no cargo (LODI, 1969).

Para Whitehead (1958) e Kuhn (1972) citados por Ansoff (1987), a dimensão política impacta na estratégia da organização, fazendo com que o conteúdo de decisões estratégicas seja visto como um resultado de transações de poder e influência. Assim, processos políticos em organizações ganham importância causal em explicações de decisões estratégicas.

### 2.1.2 O Gasto Público como Ação Estratégica

O gasto público é a despesa autorizada pelo Parlamento e executada de acordo com o seu orçamento anual, agrupadas por funções de gastos que refletem as ações Governamentais, ou seja, um conjunto de decisões, consciente, racional e coerente, sobre as ações a empreender e se utiliza de uma gama ampla de insumos (recursos econômicos).

Para a Secretaria de Tesouro Nacional (2008, pág. 13) a despesa pode ser classificada quanto a Entidade que apropria em: (i) despesa pública é aquela efetuada por entidade pública; e (ii) despesa privada aquela executada por entidade privada. Outra classificação é a referente à dependência da execução orçamentária.

A legislação determina que as despesas públicas sejam classificadas em despesas correntes e despesas de capital separando o que é despesa em investimento da despesa com custeio (manutenção) anteriores. Neste trabalho o conceito adotado de gasto público é todo aquele apresentado como despesas,

independente de ser corrente (custeio) ou de capital (investimento), quando da execução do orçamento anual.

### 2.1.3 O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentária e a Lei Orçamentária Anual.

O Plano Plurianual (PPA) é um instrumento que estabelece as diretrizes, os objetivos, e as metas para as despesas de capital e para as despesas relativas aos programas de duração continuada. A Constituição Federal em seu art. 165 parágrafo 1º determina que o projeto de Lei do PPA seja o elo de ligação entre as prioridades de longo prazo e a Lei Orçamentária Anual (LOA) que vem a ser a execução de curto prazo (BRASIL, 1988).

Devem ser observados os elementos relevantes ou chaves para a elaboração do PPA que são: (i) diretrizes do governo, que servem para orientar as ações estabelecendo critérios para definições estratégicas; (ii) os programas, que são instrumentos de organização da atuação governamental que articulam o conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum e preestabelecido, mensuradas por indicadores estabelecidos no PPA, visando solucionar um problema ou o atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade; (iii) os objetivos gerais e específicos, que são detalhamento ou decomposição dos programas, que deverão ser atendidos e que indicam os resultados pretendidos pela Administração Pública a serem realizados pelas ações; (iv) Metas, que podem ser entendidas como “a mensuração das ações de governo para definir quantitativa e qualitativamente o que se propõe ser atendido e qual parcela da população se beneficiará com a referida ação; (v) ações, que são as atividades que ou conjunto de atividades, que concretizam os programas (ANDRADE, 2002, p. 43; PISCITELLI, 1998).

A LDO baliza a elaboração dos orçamentos fiscal e de seguridade social e o investimento do Poder Público como um todo, ou seja, além dos poderes constituídos, agrega também as empresas públicas e orçamento da seguridade, tem como função estabelecer as metas e prioridades para o exercício financeiro, orientando a elaboração do orçamento e propõe alterações na legislação tributária.

A Lei Orçamentária Anual (LOA) é a operacionalização do que foi planejado no PPA e na LDO. Assim, a LOA é uma lei especial contendo a discriminação da receita e da despesa pública: “[...] de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do governo [...]”, obedecendo aos princípios de unidade, universalidade e anualidade (BRASIL, 1964). Além disso, dispõe no art. 165, parágrafo 8º da Constituição Federal de 1988, que o limite percentual de créditos adicionais suplementares deverão ser estipulados nessa Lei Orçamentária. A LOA é uma lei ordinária, com validade apenas para 1( um) exercício financeiro.

Na LOA são estabelecidos os gastos públicos, agregados por funções orçamentárias que passam a uma dimensão menos abstrata, na medida em que se definem metas e ações organizacionais específicas, alinhadas com os objetivos de longo prazo (CORRÊA, 1980; BIN; CASTOR, 2007).

A operacionalização da LOA está num fluxo de ações estratégicas pré-estabelecidas em um nível de agregação de despesa conhecido como Classificação Funcional (Função, sub-função), Estrutura Programática (Programa e Ação).

A Função orçamentária é o maior nível de agregação da despesa pública nas mais diversas áreas de atuação do setor público, de acordo com Secretaria do Tesouro Nacional (2008, pág. 25)

“A função se relaciona com a missão institucional do órgão, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que, na União, guarda relação com os respectivos Ministérios. A função “Encargos Especiais” engloba as despesas

orçamentárias em relação às quais não se pode associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, uma agregação neutra. Nesse caso, na União, as ações estarão associadas aos programas do tipo "Operações Especiais" que constarão apenas do orçamento, não integrando o PPA."

A LOA é o instrumento de direcionamento dos objetivos a serem alcançados pelo Gestor, independente de sua vontade as ações são estabelecidas, aprovadas e supostamente controladas, para que os indicadores financeiros e físicos sejam atingidos.

Todo o processo estratégico de um Governo está assentado em definições normativas, onde as ações estabelecidas devem ser baseadas nas leis com suas definições e modelagem, como se o sucesso já fora determinado e testado anteriormente pela norma.

Pereira ( 2007, pg. 10) destaca que a abordagem da escolha pública (Public Choice) "(...) tem demonstrado que as regras e as instituições são importantes para se perceber os resultados das escolhas colectivas (...)". Neste sentido existe uma perspectiva que no cumprimento deste prolongado e custoso processo de estratégia dos governos estaduais resulte em ganhos para a sociedade.

## 2.2 GASTO PÚBLICO E NÍVEL DE CRESCIMENTO

Em seu estudo exploratório, Stevens e McGowan (1983) tinham como objetivos examinar certas dimensões da gestão estratégica dentro dos governos locais, fornecendo uma base conceitual e desenvolvimento empírico. Estes objetivos demonstravam a preocupação em fornecer evidências sobre a responsabilidade dos

gerentes no processo de diminuição do setor público, demonstrados pelos profissionais e estudiosos quando da abordagem da Nova Gestão Pública .

Ao analisar a estratégia adotada por governos locais, Stevens e McGowan (1983, pag.532), encontraram paralelos interessantes entre o setor governamental e o setor privado, mas quanto à flexibilidade, a estratégia adotada pelo setor governamental é mais restrita tendo em vista ser um modelo oficial, ou seja, aprovado por um parlamento. Os resultados demonstram que os gestores do governo local tem uma postura estratégica mais geral que pode ser caracterizado como um conjunto de dimensões que necessitam de integração. O padrão dos fatores parece ser baseado em uma abordagem de aversão ao risco (Feller, 1981 apud Stevens e McGowan 1983, pag.533).

Aschauer (1989) encontrou evidência de um impacto positivo do investimento público (em particular estradas, ruas, sistemas de água) sobre o crescimento econômico e a produtividade do setor privado nos Estados Unidos no período 1949-1985.

Easterly e Rebelo (1993) verificaram o impacto das variáveis fiscais sobre o crescimento em 100 países (*cross-section*) e dados em painéis compreendendo 28 países entre 1970 e 1988 concluindo que as variáveis fiscais e o crescimento econômico no longo prazo são frágeis, provavelmente diante do número de variáveis fiscais e da forte colinearidade entre as variáveis fiscais e nível de renda. Investimentos públicos em transporte e comunicação apresentaram relação positiva e significativa com taxas de crescimento de longo prazo.

Devarajan, Swarrop e Zou (1996) procuram determinar que componentes dos gastos públicos podem ser considerados produtivos em países em desenvolvimento. Evitam classificar *a priori* os gastos públicos em produtivos ou improdutivos. Ao

invés disso, deixam os dados dizerem que componentes atendem à definição de gasto produtivo.

Os resultados empíricos, para um conjunto de 43 países em desenvolvimento ao longo de 20 anos, indicam que os gastos que normalmente são considerados produtivos podem se tornar improdutivos quando são realizados em excesso. Este seria o caso dos gastos com capital, transporte e comunicação, saúde e educação. Somente os gastos de investimentos, seja público ou privado, estão associados com maior crescimento econômico. Isto resulta do fato de os países em desenvolvimento terem concentrado seus gastos em capital ao invés de custeio. Desta forma, a recomendação tradicional de aumentar a parcela do investimento público no orçamento para promover o crescimento – que valeria para os países desenvolvidos uma vez que esses investiram relativamente mais em custeio – não é correta para os países em desenvolvimento.

Assim Lledó (1996) concluiu que: a) o crescimento diferenciado dos Estados brasileiros depende do esforço fiscal de cada governo estadual e a destinação da parcela da receita arrecadada para as despesas e investimentos públicos; b) existe relação positiva entre concentração de renda e taxaço, ou seja, Estados com distribuição de renda mais concentrada apresentam cargas tributárias mais elevadas, e conseqüentemente têm um maior volume de despesas públicas totais; c) não encontraram relação de longo prazo entre distribuição de renda e crescimento econômico; d) Estados com maior grau de urbanização tem uma distribuição de renda mais concentrada; e) entre Estados com graus de urbanização similares, aqueles que apresentarem níveis mais elevados de renda per capita tem como contrapartida uma menor concentração de renda.

Cândido Júnior (2001) concluiu que a proporção de gasto público no Brasil está acima do seu nível ótimo, entretanto, apresentam baixa produtividade, ou seja, com relação a quantidade está ótimo, no aspecto da qualidade é que não está bom. Conclui que a simples transferência de recursos do setor mais produtivo para o menos produtivo não promove o desenvolvimento econômico.

Easterly (2005) concluiu que muitos trabalhos encontraram relações estatisticamente significantes entre políticas nacionais e crescimento econômico, com *framework* razoáveis. Em outros trabalhos os resultados encontrados não apresentaram relações entre as políticas públicas e crescimento econômico. No trabalho do referido autor os resultados predizem somente efeitos modestos de políticas nacionais e desenvolvimento econômico. Easterly e Rebelo (1993) afirmaram que gastos com transportes e comunicações em países em desenvolvimento não estão comprovados como sendo gastos produtivos. Mas são comprovadamente gastos produtivos em países desenvolvidos.

Sant'Anna e Teixeira (2006) concluíram que o gasto social dos municípios do Estado do Espírito Santo, assistência e previdência social, de saúde e saneamento, educação e cultura, não têm evidência estatística de sua influência no PIB, quanto ao gasto com habitação e urbanismo, apresentou resultado na relação com o PIB.

## Capítulo 3

### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A tipologia de pesquisa utilizada nesse trabalho é explicativa e empírica. Pesquisa explicativa refere-se à classificação da pesquisa quanto aos objetivos, definida como um tipo de pesquisa que procura identificar a relação causal, proporcionando elevação no conhecimento sobre os objetos de estudo e, conseqüentemente, elevando o conhecimento científico. Empírica porque se dedica a codificar a face mensurável de uma realidade (ANDRADE, 1999; BEUREN, 2003).

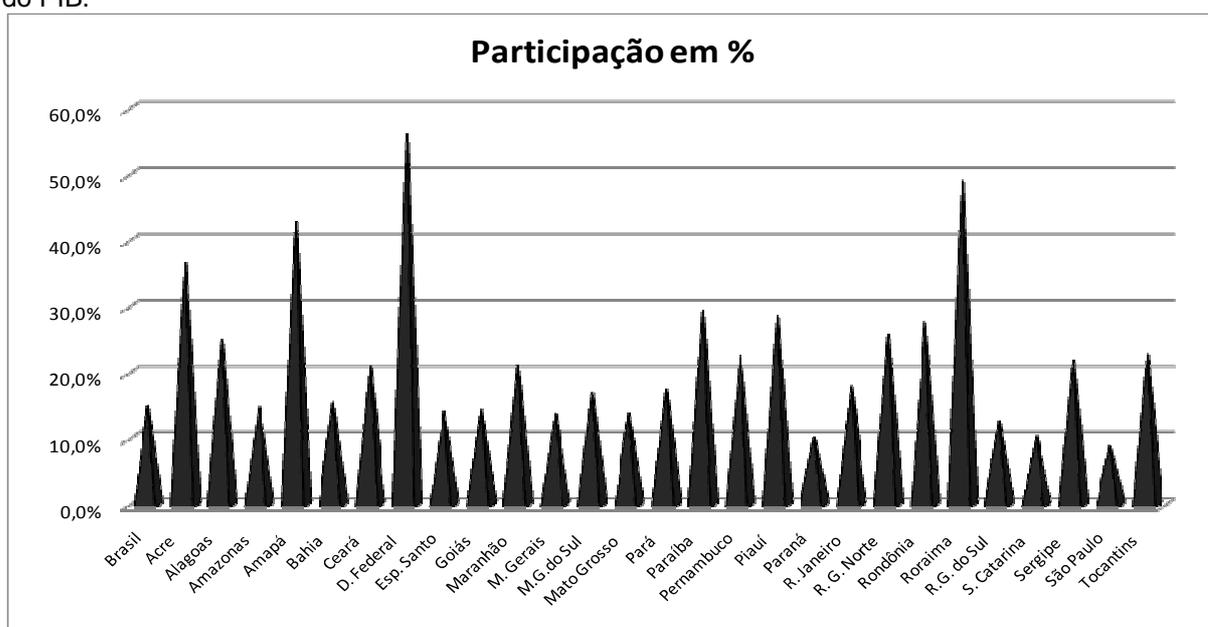
Como ferramenta estatística para tratamento dos dados utilizou-se Dados em Painel devido população ser constituída por Estados (entidades individuais) ao longo de um período de tempo (série temporal), sugerindo a existência de características diferenciadoras desses Estados, constantes ou não, ao longo do tempo (PINDYCK; RUBINFELD, 2004, p. 288). Assim sendo, permite tipificar as respostas de diferentes indivíduos a determinados acontecimentos, em diferentes momentos.

Os dados (gastos) foram obtidos na Secretaria do Tesouro Nacional (STN), de todos os vinte e seis (26) Estados brasileiro e do Distrito Federal, no período de 1999 a 2009, portanto, 11 (onze) anos, com 27 observações por ano, totalizando 297 observações.

O Produto Interno Bruto (PIB) tanto dos Estados como da União utilizados foram o divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), do ano 1999 até 2009.

Para se evitar problemas de endogeneidade subtraiu do PIB dos Estados e do PIB Brasil o percentual de participação do item “Administração, saúde e educação pública e seguridade social” que compõem o valor agregado de cada Estado e do Brasil, transformando estas variáveis em PIB Privado dos Estados e PIB privado do Brasil. De acordo com o Gráfico 1, a seguir pode-se observar a participação do item “Administração, saúde e educação públicas e seguridade social” no valor agregado na composição do PIB de 2001 a 2009.

Gráfico 1: % média de participação da União e dos Estados ao longo de 9 anos, do item “Administração pública, saúde, educação e seguridade social”, no valor agregado base para o cálculo do PIB.



Fonte: Adaptado de IBGE – 2001 a 2009

A janela de tempo adotada para a análise dos resultados com defasagem é de 1, 2, 3, 4 e 5 anos. Cinco anos é o padrão adotado na literatura econômica, tido como adequado para captar o crescimento de longo prazo (ROCHA; GILBERTI, 2007).

Portanto, trabalhou-se com a progressão (defasagem) da variável dependente em  $t-1$ , na tabela 2 e 3 e em  $t-5$ , na tabela 4 e 5. A defasagem é utilizada para levar em conta ajustamentos que ocorrem ao longo do tempo (PINDYCK e RUBINFELD,

2004, p. 409). A utilização de defasagem na variável dependente se justifica porque os gastos públicos do período  $t = 0$ , por exemplo, devem demorar um determinado tempo para impactar no crescimento econômico (o gasto com um empreendimento não quer dizer que o mesmo já começou a operar) e para minimizar o problema de endogeneidade presente entre gastos governamentais e crescimento econômico.

O problema de endogeneidade ocorre devido à ordem temporal, que pode ser de difícil determinação ou mesmo indeterminada, dificultando a especificação da forma funcional que rege a relação entre as variáveis do modelo, ou seja, a variável independente é o antecedente no tempo (causal) e a dependente é a sucessora no tempo (efeito) (SOARES; CASTELAR, 2003). Este é o caso do PIB Privado Estadual, do PIB Privado Brasil e dos Gastos e o nível do Produto Interno Bruto, presentes neste trabalho.

Como variável de controle será utilizada o Produto Interno Bruto Privado do Brasil. A variável de controle é a variável que impacta a variável dependente. No caso específico da variável de controle PIB Privado do Brasil afeta diretamente a variável PIB Privado dos Estados, pois a composição de cada um é afetada pela soma do produto. Neste caso aqui específico, foi retirado o efeito de cada Estado nesta variável de controle, ou seja, na variável controle PIB Privado do Brasil o peso de cada Estado foi subtraído do total no momento da relação entre este e o Estado correspondente.

Neste trabalho os gastos (despesas) públicos são separados por funções de gastos nos instrumentos de Planejamento (PPA, LDO e LOA), estabelecidas pela Portaria 042/1999 da secretaria de Tesouro Nacional e serão utilizadas somente as que têm um vínculo de gasto direto com o cidadão.

Os dados foram atualizados pela média anual do IGP-DI – Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna – da Fundação Getúlio Vargas (de cada ano evitando-se aplicar o valor de janeiro sobre a correção total de dezembro), divididos pela população de cada Governo Regional e transformados em logaritmo neperiano, proporcionando, assim, a linearidade dos dados. As variáveis utilizadas neste trabalho são numéricas, expressas em valores reais (R\$) per capita, exceto ‘ano de eleição’, que é uma variável *dummy*.

A variável dependente é o PIB Privado Estadual per capita, denominado nesse trabalho de PIB Privado do Estado, que é o resultado da diferença entre o PIB Estadual menos o valor referente à administração pública, expresso em valores reais (R\$) per capita. Portanto, mede-se aqui o impacto das ações estratégicas no crescimento econômico.

No modelo apresentado a seguir estão às variáveis descritas anteriormente, todas numéricas, expressas em valores reais, per capita, exceto a variável “Ano de Eleição” que é binária. A variável dependente (de resultado) é o PIB Privado Estadual per capita, cuja métrica já foi discutida. Portanto, mede-se aqui o impacto das ações estratégicas governamentais no nível do produto. Os modelos utilizados serão os seguintes:.

Equação 01:

$$\text{PIB Privado Estadual} = C(1) + \beta(2) * \text{PIB Privado Brasil} + \beta(3) * \text{Ano de Eleição} + \beta(4) * \text{Gasto Total}$$

Equação 02:

$$\begin{aligned} \text{PIB Privado Estadual} = & C(1) + \beta(2) * \text{PIB Privado Brasil} + \beta(3) * \text{Assistência e Previdência} + \beta(4) * \text{Saúde e Saneamento} \\ & + \beta(5) * \text{Educação e Cultura} + \beta(6) * \text{Habitação e Urbanismo} + \beta(7) * \text{Transporte} + \beta(8) * \text{Agricultura} \\ & + \beta(9) * \text{Indústria, Comércio e Serviços} + \beta(10) * \text{Segurança Pública} + \beta(11) * \text{Trabalho} \\ & + \beta(12) * \text{Energia} + \beta(13) * \text{Ano de Eleição} \end{aligned}$$

## Capítulo 4

### 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A Tabela 1 apresenta as despesas dos Estados agrupadas em funções de gastos conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual. As funções de gastos apresentadas são 'Assistência e Previdência', 'Saúde e Saneamento', 'Educação e Cultura', 'Transporte', 'Judiciária', 'Segurança Pública' e 'Encargos Especiais' são as funções onde se encontram agrupadas as ações estratégicas de maiores gastos. Portanto, as ações governamentais nessas rubricas são consideradas como as de maior importância e que dão maior contribuição (incentivo) para o crescimento econômico do que as demais.

As Funções 'Habitação e Urbanismo', 'Agricultura', 'Indústria, Comércio e Serviços', 'Trabalho', e, 'Energia' conforme a tabela 1 devido a um menor gasto dos governos estaduais pode precipitadamente se concluir por sua menor importância o que pode não ser verdadeiro. Muitas dessas funções estão presentes na tabela abaixo dentro da rubrica 'Demais Funções'.

**Tabela 1. Total de recursos gastos nas ações estratégicas dos Estados 1998 a 2009.**

<b>Função / Ano</b>	<b>2009</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>	<b>2005</b>	<b>2004</b>	<b>2003</b>	<b>2002</b>	<b>2001</b>	<b>2000</b>	<b>1999</b>	<b>1998</b>
Assistên. e Previdência	59.7	48.0	35.2	33.2	28.5	25.2	20.3	18.2	15.3	20.2	20.8	20.2
Saúde e Saneamento	53.8	49.3	40.9	37.6	32.5	28.5	22.0	19.7	16.5	11.7	9.6	8.9
Educação e Cultura	72.8	68.8	56.0	50.1	44.1	39.8	39.6	36.1	32.6	28.0	24.8	22.9
Habitação e Urbanismo	6.1	5.6	3.0	3.7	3.1	2.5	1.9	2.3	2.1	1.9	1.3	1.7
Transporte	25.5	19.3	14.4	12.4	12.8	10.1	7.7	8.5	7.8	6.6	5.0	7.3
Agricultura	4.8	4.4	3.5	3.3	3.1	2.5	2.3	2.3	2.0	1.9	2.0	2.0
Ind., Com. e Serviços	3.9	3.3	2.6	2.2	2.0	1.6	2.2	2.6	2.1	2.9	6.5	4.4
Legislativa	9.4	8.9	7.8	7.1	6.3	5.6	5.0	4.5	3.7	3.1	2.9	2.8
Judiciária	20.8	19.7	19.3	17.6	15.3	12.9	12.7	10.2	9.7	9.5	9.8	11.3
Segurança Pública	38.3	33.6	30.1	27.4	22.8	20.0	19.5	19.0	14.6	11.8	9.8	8.9
Encargos Especiais	105.6	101.4	86.1	78.9	73.4	65.5	58.5	51.4	-	-	-	-
Demais Funções	45.9	44.7	37.4	32.3	29.7	25.7	19.6	19.2	64.7	53.9	46.8	52.4
<b>TOTAL</b>	<b>446.6</b>	<b>407.0</b>	<b>336.4</b>	<b>305.9</b>	<b>273.5</b>	<b>239.8</b>	<b>211.4</b>	<b>194.1</b>	<b>171.1</b>	<b>151.5</b>	<b>139.2</b>	<b>142.7</b>

Fonte: adaptada da STN. Nota:a) Valores históricos de 1998 a 2009 em bilhões de Reais.

b) A partir do ano de 2002 as despesas com Encargos Especiais são desmembradas das demais funções.

A tabela 1 apresenta um gasto total dos Estados no ano de 2009 de R\$ 446,6 (quatrocentos e quarenta e seis bilhões e seiscentos milhões de reais) o equivalente a 16,05% do Produto Interno Bruto do país.

Na tabela 2 é apresentado o modelo com defasagem de 1 ano para a variável dependente em relação às variáveis independentes do modelo como gasto total em t-1 e ano de eleição e a variável de controle PIB Privado do Brasil t-1.

Ao analisarmos o resultado da regressão na tabela 2 podemos observar que a variável independente PIB Privado do Brasil em t-1, variável de controle, apresenta estatisticamente uma relação com o nível de crescimento do produto, representado pelo PIB Privado dos Estados.

Os gastos governamentais t-1, (Tabela 1), de maneira agregada (variável gasto total), estatisticamente apresenta relação negativa com o nível do PIB (Tabela 2), no curto prazo para o modelo Fixo e aleatório com uma probabilidade de 0,0008 e 0,0370.

Pode-se inferir que as divergências que normalmente se encontram nos trabalhos relacionados aos gastos governamentais e crescimento está na qualidade do gasto, na quantidade do gasto, no nível de crescimento do PIB da esfera governamental analisada, e ainda na quantidade de variáveis do modelo.

Quanto à variável “Ano de Eleição” utilizada para medir o comportamento do gestor do cargo público no ano de eleição, onde supostamente os gastos com a máquina pública tende a ser maior, visando o instituto da reeleição ou a vitória do seu candidato. Outro fator que merece ser destacado é que estatisticamente o PIB Privado dos Estados é aquecido nos anos de eleição. Pelos resultados apresentados na regressão podemos observar que estatisticamente existe relação positiva entre as variáveis nível do produto e ano de eleição, apresentando um

coeficiente nos modelos fixo de 0,0466 e no modelo aleatório de 0,0427 tendo a probabilidade no modelo alcançado uma probabilidade de 0.0353 e 0.0532 nos dois modelos respectivamente.

**Tabela 2. PIB Privado dos Estados X Ações Estratégicas Governamentais Consolidadas em T-1.**

Variável	Efeito Fixo (t-1)				Efeito Aleatório (t-1)			
	Coefic.	Erro Padrão	Estatística t	Prob.	Coefic.	Erro Padrão	Estatística t	Prob.
Intercepto	1.069	0.563	1.899	0.059	0.467	0.551	0.847	0.398
PIB Privado Brasil (t-1)	1.046	0.039	26.713	0.000	1.027	0.039	26.366	0.000
Ano Eleição	0.047	0.022	2.117	0.035	0.043	0.022	1.942	0.053
Gasto Total (t-1)	-0.247	0.072	-3.402	0.001	-0.144	0.069	-2.096	0.037
R <sup>2</sup>				0.9490				0.7188
R <sup>2</sup> Ajustado				0.9428				0.7156
Soma dos QDD dos Resíduos				4.8590				5.9085
Est. Durbin-Watson				1.1362				0.9148
Média Variável Dependente				8.8643				0.9315
Desvio Padrão Var Dependente				0.5951				0.2795
Estatística F				153.9945				226.6497
Prob. (Estatística F)				0.0000				0.0000

Fonte: Elaborada pelos autores.

Variável Dependente: PIB Privado do Estado - Amostra : 1999 a 2009, 11 observações, Cross-Sections incluídos = 27 e total de combinações de 297. Após o mecanismo de defasagem em 1 ano para a variável dependente apresenta amostra de 1999 a 2008- 10 Observações. Cross- Sections incluídos de 27 e total de combinações de 270.

Esse resultado vai ao encontro aos preceitos estabelecidos pelos mecanismos de *compliance* estabelecidos pelos Órgãos de Controle bem como pelas legislações aprovadas anteriormente pelo Parlamento brasileiro, como a Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000 e o Programa de Ajuste e Reestruturação Fiscal em 1997. Acredita-se que este resultado não esteja afetando os objetivos principais das normas estabelecidas, principalmente no que é relacionado aos gastos no último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo Estadual e que esta conta não seja repassada para a próxima gestão.

O modelo estatístico tem como justificativa o coeficiente de determinação ( $R^2$  ajustado) de 94,2% no modelo fixo e 71,5%, no modelo aleatório da variação do PIB privado dos Estados é explicado pelas variáveis explicativas.

Outro índice apontado na tabela 4 é a estatística de Durbin-Watson (DW) este tem como objetivo medir a autocorrelação do modelo com a independência dos resíduos. Levine, Berenson e Stephan (2000, pág. 547) sobre a avaliação de autocorrelação com o modelo DW estabelecem que:

“(...) um dos do modelo de regressão básico (...) é a independência dos resíduos. (...) é geralmente violado quando os dados são coletados ao longo de períodos sequenciais de tempo, uma vez que um resíduo, em qualquer ponto no tempo, pode tender a ser idêntico a resíduos em tempos adjacentes no tempo.”

Pelo resultado apresentado na tabela 2 podemos observar que no modelo com efeito fixo encontramos um índice de 1,13 perfeitamente aceitável dentro dos parâmetros para a ausência de auto-correlação, diferenciado nos achados para o modelo com efeito aleatório onde encontramos um índice de 0,9148 bem próximo dos parâmetros aceitáveis.

Na tabela 3 é também apresentado o modelo com defasagem de 1 ano para a variável dependente e a mudança está nas variáveis independentes com abertura por despesa em  $t-1$ , ano de eleição e a variável de controle PIB Privado do Brasil em  $t-1$ .

Na tabela 3, semelhantemente como na tabela 2, a variável de controle PIB Privado do Brasil apresenta estatisticamente uma relação positiva e significativa, justificado pela composição do resultado do somatório dos PIBs dos Estados. Pelo modelo Fixo a cada 1.0 de aumento no PIB Privado do Brasil haverá um acréscimo de 1.0251 no PIB privado dos Estados e pelo modelo aleatório a cada 1.00 de

aumento no PIB Privado do Brasil haverá um acréscimo de 0.993 no PIB privado dos Estados, este comportamento é justificado pelo efeito multiplicador da economia.

O resultado da variável explicativa 'Ano de Eleição' na tabela 3 para o modelo de efeitos fixos para um coeficiente de 10% demonstra estatisticamente a existência de relação entre as variáveis de resposta e a explanatória, tendo a probabilidade alcançado um coeficiente de 0.0754.

**Tabela 3. PIB Privado dos Estados X Ações Estratégicas Governamentais por Função de Gasto (T-1)**

Variável	Efeito Fixo (t-1)				Efeito Aleatório (t-1)			
	Coefic.	Erro Padrão	Estatística t	Prob.	Coefic.	Erro Padrão	Estatística t	Prob.
Intercepto	0.0399	0.5332	0.0749	0.9403	-0.0760	0.5331	-0.1426	0.8867
PIB Privado Brasil (t-1)	1.0251	0.0563	18.1947	0.0000	0.9939	0.0556	17.8755	0.0000
Ano Eleição	0.0408	0.0228	1.7860	0.0754	0.0358	0.0228	1.5721	0.1172
Assist.e Previdência (t-1)	-0.0141	0.0208	-0.6782	0.4983	0.0035	0.0204	0.1716	0.8639
Saúde e Saneamento (t-1)	-0.0339	0.0382	-0.8870	0.3760	-0.0235	0.0376	-0.6242	0.5330
Educação e Cultura (t-1)	-0.0836	0.0515	-1.6221	0.1061	-0.0379	0.0496	-0.7646	0.4452
Habit. e Urbanismo (t-1)	0.0096	0.0100	0.9600	0.3381	0.0120	0.0098	1.2210	0.2232
Transporte (t-1)	-0.0038	0.0153	-0.2510	0.8020	0.0002	0.0151	0.0125	0.9900
Agricultura (t-1)	0.0103	0.0225	0.4589	0.6467	-0.0002	0.0220	-0.0082	0.9935
Ind.,Com. e Serviços (t-1)	-0.0049	0.0128	-0.3861	0.6998	-0.0124	0.0124	-0.9969	0.3198
Segurança (t-1)	0.0174	0.0147	1.1865	0.2366	0.0218	0.0146	1.4943	0.1363
Trabalho (t-1)	-0.0123	0.0115	-1.0757	0.2832	-0.0098	0.0113	-0.8615	0.3897
Energia (t-1)	0.0101	0.0062	1.6292	0.1046	0.0107	0.0061	1.7447	0.0822
R <sup>2</sup>			0.9490				0.7015	
R <sup>2</sup> Ajustado			0.9406				0.6876	
Soma dos QDD dos Resíduos			4.8629				6.4390	
Est. Durbin-Watson			1.1104				0.8149	
Média Variável Dependente			8.8643				1.2059	
Desvio Padrão Var Dependente			0.5951				0.2832	
Estatística F			113.0192				50.3336	
Prob. (Estatística F)			0.0000				0.0000	

Fonte: Elaborada pelos autores.

Variável Dependente: PIB Privado do Estado - Amostra : 1999 a 2009, 11 observações, Cross-Sections incluídos = 27 e total de combinações de 297. Após o mecanismo de defasagem apresenta amostra de 1999 a 2008- 10 Observações. Cross- Sections incluídos de 27 e total de combinações de 270.

Para o modelo de efeito variável em "t-1" O resultado da variável explicativa 'Ano de Eleição' apresenta estatisticamente a não existência de relação entre a

variável de resposta e a explanatória, tendo a probabilidade alcançada um coeficiente de 0.1172.

O modelo geral tem como justificativa o coeficiente de determinação ( $R^2$  ajustado), de 94,06% e 68,76% onde a variação do PIB privado dos Estados é explicada pelas variáveis explicativas analisadas.

“Na Tabela 3, as variáveis ‘Assistência e Previdência’, ‘Saúde e Saneamento’, ‘Educação e Cultura’, ‘Habitação e Urbanismo’, ‘Transporte’, ‘Agricultura’, ‘Indústria, Comércio e Serviços’, ‘Segurança’, ‘Trabalho’ e ‘Energia’ não apresentaram estatisticamente relação com o nível de crescimento do PIB neste modelo.

A variável ‘Energia’ apenas no modelo de efeito aleatório apresentou uma relação de estatisticamente uma relação positiva com o nível de crescimento do produto e a probabilidade com 0,082% a justificativa para este comportamento está no crescimento relativo nesta função de gasto, não em valor, mas em percentual, conforme podemos observar na tabela 1.

Analisando o trabalho de Easterly e Rebelo (1993) onde foram utilizados os países em desenvolvimento podemos constatar que as conclusões que ali chegaram, está de acordo com o resultado apresentado pela variável ‘Transporte’ onde gastos realizados por ações estratégicas em transportes não estão conclusivas em termos de gastos produtivos. E estão em desacordo com o resultado encontrado por Rocha e Gilberti (2007) que acharam relação positiva dos gastos com transporte e crescimento econômico.

Outra justificativa para as variáveis que não apresentam uma relação estatística têm como explicação a qualidade do gasto (investimento ou custeio) e a quantidade do gasto. Para Devarajan *et. al.* (1996) gastos produtivos em excesso podem se tornar improdutos, deixando claro que existe um ponto ótimo de gastos.

Um exemplo é citado por Gasques (2001) que cita que existe restrição ao crédito de investimento e direcionamento dos gastos dessa rubrica substancialmente para a agricultura familiar, aliado à pulverização dos gastos públicos em agricultura e às dificuldades de acompanhamento e controle de um número enorme de ações que fazem parte do gasto público.

Mais de 50% do gasto público estão pulverizados em ações sobre as quais o governo não tem o menor acompanhamento e controle, influenciando no crescimento econômico do setor agrícola e global. No caso de Previdência e Assistência, há uma tendência de piora nas finanças públicas com relação a essa rubrica no longo prazo (BELTRÃO, OLIVEIRA e PASINATO, 1999).

Sem a coordenação de objetivos e ações estratégicas, as ações se apresentam como incrementais, circunstanciais, e não como ações deliberadas ou emergentes. Portanto, o desalinhamento ou a falta de coordenação afetam a qualidade do gasto que por sua também é afetada pela quantidade de recursos destinados às ações estratégicas governamentais. Na qualidade e quantidade dos gastos governamentais, consumidos pelas ações estratégicas governamentais, fora do ponto ótimo, têm-se a produtividade ou improdutividade das ações estratégicas governamentais em relação ao produto interno Bruto.

Além da significância estatística e do sinal, deve ser observado também o valor do coeficiente. A variável 'Energia' apresenta um coeficiente de 1,07 no modelo aleatório. Portanto, o valor absoluto da ação governamental, significativa, apresenta pequeno em relação ao coeficiente significativo ' PIB Privado do Brasil' que é de 1,02. Assim, as despesas nas rubricas (funções) aqui utilizadas podem estar relacionadas à efetiva realização da receita e não devido a um planejamento nos

moldes estabelecidos na Lei 4.320/64, na Constituição Federal de 1988 e na Lei Complementar 101/2000.

Nesse sentido, aumenta-se probabilidade de falta de coesão e coordenação diante de objetivos globais estabelecidos no Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Anual Orçamentária (LAO), fazendo com que os objetivos governamentais não sejam alcançados, principalmente diante da falta de ações estratégicas, sejam elas deliberadas ou emergentes. Aqui fica evidenciado a dinâmica processual do governo em apenas ser normativos, onde o resultado não é o objetivo fim.

Diante dos resultados obtidos é provável que os planos governamentais sejam elaborados apenas para cumprir o que o ambiente legal determina e não para atender às reais necessidades econômicas e sociais. Portanto, não há comprometimento para com os objetivos estabelecidos no Plano Plurianual ou este é preparado com objetivos ou indicadores que não representam a realidade. Dessa forma, as ações estratégicas não são deliberadas ou emergentes. São ações reativas, emergenciais e paliativas, demonstrando ausência de uma estratégia governamental coesa e consistente com o Plano Plurianual, diante de uma situação de escassez de recursos.

Isso favorece a busca por objetivos pessoais em detrimento de um objetivo maior, que é o desenvolvimento econômico e a geração de emprego e renda. Assim sendo, pode-se afirmar que está presente a influência política no contexto organizacional, onde processos políticos internos determinam ou modificam conteúdo de estratégia, conforme afirmado por Motta (1979), Narayanan e Fahey (1982) e Ansoff (1987).

Os resultados apresentados podem ser vistos como processos políticos, incrementais, onde são formadas coligações temporais, com negociações de obrigação para alguma ação; (a) adiamento de decisão para uma data futura; (b) não decisão ou (c) derrubando o assunto completamente; ou (d) transformação, ou ainda retratando o assunto como um sintoma de um assunto maior a ser solucionado, resultando em distorção consciente ou inconsciente de informação e promoção ou supressão de alternativas, portanto, influenciando nas ações deliberadas e nas emergentes e por conseqüência, nos resultados objetivados, conforme relatam Narayanan e Fahey (1982).

Estes resultados podem indicar a presença de grupos políticos com interesses específicos e não gerais, interferindo no processo de tomada de decisão estratégica e na obtenção de recursos, mesmo dificultado pela interdependência interna entre as subunidades, fato alertado por Araújo (1990), Bin e Castor (2007) e Ansoff (1987).

É possível, portanto, estatisticamente classificar as ações estratégicas em produtivas, neutras e improdutivas, diante dos resultados encontrados. As variáveis que apresentaram resultados positivos podem ser classificadas com relação ao PIB Privado dos Estados são as variáveis produtivas, as que não apresentaram relação alguma são as neutras e as que apresentaram resultado negativo são as variáveis negativas.

A estatística de Durbin-Watson (DW) pelo resultado apresentado na tabela 3, semelhantemente a tabela 2, no modelo com efeito fixo encontramos um índice de 1,1104 perfeitamente aceitável dentro dos parâmetros para a ausência de autocorrelação, diferenciado nos achados para o modelo com efeito aleatório onde encontramos um índice de 0,8149.

A tabela 4 apresenta o resultado da aplicação dos modelos defasados em 5 (cinco) anos para as variáveis explicativas, com o efeito das ações estratégicas governamental sobre a variável 'PIB Privado dos Estados' após este período. Estatisticamente podemos observar que existe uma forte influência da variável de controle PIB Privado do Brasil, fato verificado no modelo de defasagem no curto prazo repetido neste modelo, explicando este efeito por se tratar da somatória do PIB Privado dos Estados. Para cada unidade de variação no PIB Privado do Brasil, no modelo FIXO, existe um aumento de 0,642 na variável PIB privado dos Estados; no modelo ALEATÓRIO para cada unidade de variação na variável de controle tem-se um valor correspondente de 0,667 na variável dependente.

**Tabela 4. PIB Privado dos Estados X Ações Estratégicas Governamentais Consolidadas – (T-5)**

Variável	Efeito Fixo (t-5)				Efeito Aleatório (t-5)			
	Coefic.	Erro Padrão	Estatística t	Prob.	Coefic.	Erro Padrão	Estatística t	Prob.
Intercepto	3.687	1.055	3.493	0.001	2.427	1.003	2.419	0.017
PIB Privado Brasil (t-5)	0.642	0.072	8.893	0.000	0.667	0.072	9.314	0.000
Ano Eleição	0.097	0.027	3.656	0.000	0.085	0.026	3.226	0.002
Gasto Total (t-5)	-0.063	0.087	-0.726	0.469	0.074	0.080	0.930	0.354
R <sup>2</sup>	0.962				0.4079			
R <sup>2</sup> Ajustado	0.954				0.3966			
Soma dos QDD dos Resíduos	1.821				2.4846			
Est. Durbin-Watson	1.491				1.0801			
Média Variável Dependente	9.041				1.0732			
Desvio Padrão Var Dependente	0.548				0.1614			
Estatística F	116.519				36.2777			
Prob. (Estatística F)	0.000				0.0000			

Fonte: Elaborada pelos autores.

Variável Dependente: PIB Privado do Estado - Amostra : 1999 a 2009, 11 observações, Cross-Sections incluídos = 27 e total de combinações de 297. Após o mecanismo de defasagem apresenta amostra de 1999 a 2004- 6 Observações. Cross- Sections incluídos de 27 e total de combinações de 162.

A variável 'Ano de Eleição' apresenta estatisticamente o resultado da existência de relação entre as variáveis explicativas e a de resposta, demonstrando que uma variável tem influência sobre a outra. Estatisticamente, neste modelo com

defasagem de longo prazo, apresentou-se um resultado diferente do modelo anterior de defasagem de curto prazo, demonstrando que o efeito da variável 'Eleição' é posterior ao acontecido.

Como o efeito das variáveis independentes – 1999 a 2004 – sobre a variável dependente é após 5 (cinco anos) de 2004 a 2009 a existência aqui de um comportamento diferente, fato justificado pela data de efetivação dos mecanismos utilizados como balizadores da retenção de gastos – aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2001 – e no período utilizado para as variáveis independentes aconteceu apenas uma eleição para Governadores de Estado que foi em 2002.

Os gastos governamentais de maneira agregada – 'Gasto Total'-, também neste modelo com defasagem de 5 anos, estatisticamente não apresenta relação com o crescimento do nível do PIB (Tabela 4) tanto no modelo Fixo como no modelo Aleatório. A não influência do 'Gasto Total' no "PIB Privado dos Estados" suscita a questão, anteriormente abordada, sobre as divergências que normalmente são levantadas da qualidade do gasto, da quantidade do gasto, no nível de crescimento da esfera governamental analisada, e ainda na quantidade de variáveis do modelo.

O modelo estatisticamente tem como justificativa o coeficiente de determinação ( $R^2$ ajustado) apurado no modelo fixo de 95,4% e no modelo aleatório de 39,66% respectivamente da variação do PIB privado dos Estados que é explicado pelas variáveis independentes.

Pelos resultados apresentados na tabela 4 podemos observar que nos dois modelos estabelecidos encontramos um índice DW de 1.1491 e 1.0801, perfeitamente aceitável dentro dos parâmetros para a ausência de autocorrelação.

A tabela 5 segue a mesma orientação da tabela 4, apresentando o resultado defasado em 5 (cinco) anos para as variáveis explicativas, com o efeito das ações estratégicas governamental, sobre a variável 'PIB Privado dos Estados' após este período. A diferença é que na tabela 5 as ações estão por funções de gastos.

**Tabela 5. PIB Privado dos Estados X Ações Estratégicas Governamentais por Função de Gasto em T-5**

Variável	Efeito Fixo (t-5)				Efeito Aleatório (t-5)			
	Coefic.	Erro Padrão	Estatística t	Prob.	Coefic.	Erro Padrão	Estatística t	Prob.
Intercepto	2.251	1.043	2.158	0.033	1.842	1.022	1.803	0.074
PIB Privado Brasil (t-5)	0.728	0.100	7.279	0.000	0.713	0.099	7.224	0.000
Ano Eleição	0.088	0.027	3.237	0.002	0.079	0.027	2.916	0.004
Assist.e Previdência (t-5)	0.035	0.023	1.531	0.128	0.063	0.022	2.872	0.005
Saúde e Saneamento (t-5)	-0.035	0.039	-0.889	0.376	-0.036	0.039	-0.922	0.358
Educação e Cultura (t-5)	0.045	0.062	0.733	0.465	0.112	0.058	1.917	0.057
Habit. e Urbanismo (t-5)	-0.006	0.013	-0.437	0.663	0.002	0.012	0.184	0.855
Transporte (t-5)	-0.010	0.015	-0.694	0.489	-0.006	0.015	-0.433	0.665
Agricultura (t-5)	-0.022	0.023	-0.941	0.349	-0.030	0.023	-1.353	0.178
Ind.,Com. e Serviços (t-5)	0.010	0.014	0.688	0.493	-0.001	0.014	-0.078	0.938
Segurança (t-5)	0.009	0.015	0.593	0.554	0.017	0.015	1.127	0.262
Trabalho (t-5)	-0.009	0.012	-0.737	0.463	-0.007	0.012	-0.568	0.571
Energia (t-5)	0.002	0.007	0.342	0.733	0.002	0.007	0.262	0.793
R <sup>2</sup>			0.964				0.391	
R <sup>2</sup> Ajustado			0.953				0.342	
Soma dos QDD dos Resíduos			1.747				2.890	
Est. Durbin-Watson			1.580				1.012	
Média Variável Dependente			9.041				1.467	
Desvio Padrão Var Dependente			0.548				0.172	
Estatística F			86.515				7.971	
Prob. (Estatística F)			0.000				0.000	

Fonte: Elaborada pelos autores.

Variável Dependente: PIB Privado do Estado - Amostra : 1999 a 2009, 11 observações, Cross-Sections incluídos = 27 e total de combinações de 297. Após o mecanismo de defasagem apresenta amostra de 1999 a 2004- 6 Observações. Cross- Sections incluídos de 27 e total de combinações de 162.

Como nas análises anteriores podemos observar que estatisticamente existe uma forte influência da variável de controle PIB Privado do Brasil sobre o PIB Privado dos Estados, fato verificado no modelo com defasagem de um ano e repetido neste modelo com defasagem de 5 anos, explicando este efeito por se

tratar da somatória do PIB Privado dos Estados. Para cada unidade de variação no PIB Privado do Brasil, no modelo FIXO, existe um aumento de 0,728 na variável PIB privado dos Estados; no modelo ALEATÓRIO para cada unidade de variação na variável de controle tem-se um valor correspondente de 0,713 na variável dependente.

Pela “estatística t” podemos observar o resultado para o modelo FIXO num valor de 7.279, e para o modelo ALEATÓRIO num valor de 7.224 e o valor de “p” para ambos os casos é baixa, muito perto de zero, demonstrando uma influência do PIB Privado do Brasil no PIB Privado dos Estados mesmo após a exclusão de cada valor referente aos Estados, conforme dito na metodologia.

A variável ‘Ano de Eleição’ segue na mesma direção do resultado da tabela 4, apresenta estatisticamente o resultado da existência de influência da variável explicativa sobre a variável de resposta. Estatisticamente, tanto no modelo FIXO como no modelo ALEATÓRIO apresenta influência positiva, apesar de apresentar um coeficiente próximo de zero, conforme encontrado em trabalhos anteriores.

A variável explicativa ‘Assistência e Previdência’ no modelo ALEATÓRIO estatisticamente apresentou influência sobre o PIB Privado dos Estados no longo prazo, o que demonstra ser uma evidência de que os problemas “esqueletos” que ficavam a espera de uma solução. Motivados por um novo modelo comportamental de gestão amparado na “*New Public Management*” podemos citar os ajustes que vem sendo promovido nos Fundos de Previdência dos Estados trazendo a realidade a criação destes mecanismos. Os gastos com a Previdência Social em sua grande maioria representam gastos com o Fundo de Previdência dos Servidores Estaduais.

A variável independente “Educação e Cultura” estatisticamente não apresentou relação no modelo fixo, fato que não aconteceu no modelo aleatório com

uma probabilidade em 0,057 e para cada unidade aplicado na função ocorre um incremento no PIB Privado do Estado de 0,112 unidades.

As demais variáveis explicativas estatisticamente não apresentaram influência no PIB Privado dos Estados.

O modelo estatisticamente tem como justificativa o coeficiente de determinação ( $R^{2\text{ajustado}}$ ) de 95,3% e 34,2% respectivamente da variação do PIB privado dos Estados é explicado pelas variáveis independentes.

A estatística de Durbin-Watson (DW) que tem como objetivo medir a auto-correlação do modelo com a independência dos resíduos, pelo resultado apresentado na tabela 5 podemos observar que nos dois modelos estabelecidos encontramos um índice de 1,58 e 1,01 perfeitamente aceitável dentro dos parâmetros para a ausência de auto-correlação.

A justificativa para estes resultados está no fato do governo retirar recursos do setor privado para financiar seus gastos, especificamente aqueles que são aprovados em função do poder da imprensa (RING E PERRY, 1985), favorecendo a popularidade dos gestores públicos e de seus partidos (e coesões políticas), interferindo nas ações estratégicas deliberadas e emergentes, ocorre redução da taxa de poupança, menor retorno do setor privado, proporcionando redução no crescimento econômico (CÂNDIDO JÚNIOR, 2001), fato presente na maioria das ações estratégicas governamentais. Outro ponto para justificar a relação positiva está relacionado às ações estratégicas governamentais de ações de curto e médio prazo independente da natureza do investimento, favorecendo o crescimento econômico de curto prazo, mas comprometendo investimentos e evoluções de longo prazo, fato comprovado também por Cândido Júnior (2001).

Para comprovação dos dados foi também utilizado os modelos fixo e aleatório com período fixo não alterando os resultados apresentados anteriormente nas tabelas 2, 3, 4 e 5, ficando apenas o registro desta tentativa. Também foram utilizados modelos com defasagem em (t-2), (t-3) e (t-4) sendo que os resultados foram da mesma forma que em (t-1) e (t-5).

## Capítulo 5

### 5 CONCLUSÃO

Esse trabalho foi realizado com informações obtidas na Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Getúlio Vargas, do período de 1999 a 2009, com 297 (duzentos e noventa e sete) observações, em 11 (onze) anos. As variáveis utilizadas foram as ações estratégicas tendo como *proxies* as despesas / gastos governamentais dos Estados Brasileiros, uma vez que as atividades (ações) estratégicas consomem recursos para alcançarem os resultados objetivados. Os dados foram tratados com o modelo estatístico Dados em Painel, tendo como abordagem teórica a Estratégia.

Uma das limitações é a não utilização de variáveis relacionadas com a formulação da estratégia, como no trabalho de NARAYANAN e FAHEY (1982), o que permitiria a avaliação das ações e consumo de recursos tempestivamente, o que serve de sugestão de pesquisas futuras, principalmente para analisar a influência de variáveis intervenientes no processo do planejamento e nas ações estratégicas governamentais. Outra limitação é o fato de que se trabalhou por funções de despesas, portanto, com conjunto de ações estratégicas governamentais, quando o ideal seria subdividir as ações em termos de ações voltadas especificamente para o crescimento do nível do produto e as ações voltadas para a manutenção deste crescimento obtido.

Podemos considerar também como uma limitação do trabalho o fato de que os Estados não divulgam o tamanho de sua renúncia fiscal, pois se trata de um grande mecanismo estratégico na tentativa de ganhar ou deixar de perder

investimentos privados em sua região, abrindo mão de recursos que poderiam compor os gastos ou diminuir a carga tributária.

Assim, apesar das limitações que certamente esse trabalho tem, tem-se o mérito de discutir sobre as estratégias governamentais e os resultados ou consequências dessas ações em função do crescimento do nível do produto, contribuindo assim, para que novos trabalhos sejam apresentados e discutidos em uma nova abordagem, fazendo com que se discuta a essência e não a forma, os fins e não os meios.

Porém, contribui para reflexão que sejam estabelecidos critérios objetivos, que possam ser ajustados ao longo do tempo, permitindo análise de gastos públicos e produto, de forma que sejam atingidos os objetivos de crescimento do nível do produto, crescimento econômico com distribuição de renda. Esse trabalho também demonstrou que não foi através de publicação de uma lei que se resolveu o problema do planejamento estratégico e as ações governamentais e o consumo de recursos incentivando o crescimento econômico. Observou também a falta de implementações de ações estratégica deliberadas, geralmente originadas de um planejamento estratégico, assim como as estratégicas emergentes, que promovem o alinhamento entre os planos quando de sua implantação. Nesse sentido, ao ser aprovada a Lei Complementar 101/2000 e anteriores, acreditou-se que seria suficiente para que formulado o planejamento governamental de forma efetiva, mas, ainda se utiliza a administração pública de ações estratégicas incrementais e não de ações deliberadas ou emergentes.

Conforme os resultados apresentados às ações governamentais com características incrementais proporcionam maior consumo de recursos por falta de planejamento e podem causar uma maior interferência de grupos políticos, com

objetivos próprios, influenciando na destinação de recursos e no incentivo ao crescimento do nível do produto interno bruto.

Fica evidenciada neste trabalho a falta de alinhamento dos mecanismos normativos obrigatórios de planejamento com nível do Produto Interno Bruto. Para ampliação desta pesquisa como proposição de trabalhos futuros sugerimos que sejam pesquisados a relação destes mecanismos com o crescimento econômico, ampliando para o desenvolvimento econômico onde além de benefícios econômicos são medidos benefícios sociais com retorno para a sociedade como um todo.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 3 edição. São Paulo: Atlas, 1999.
- ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal: novos métodos após a LC nº 101/00 e as classificações contábeis advindas da SOF e STN**. São Paulo: Atlas, 2002.
- ARAÚJO, Edmir S. de. **Missão estratégica em organizações geridas pelo governo (OGG)**. São Paulo: Revista de Administração da USP nº. 25, páginas 43-53, julho /setembro de 1990.
- ASCHAUER, D. **Is public expenditure productive?** Journal of Monetary Economics, v. 23, p. 177-200, 1989.
- ANSOFF, Igor. **The emerging paradigm of strategic behavior**. Sjm.Vol. 8, No. 6 (Nov. - Dec., 1987), pp. 501-515 Disponível em: [www.jstor.org/stable/2486037](http://www.jstor.org/stable/2486037) Acesso em: 10/01/2009.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de; PASINATO, Maria Tereza de Marsillac. **Modelo de simulação de longo prazo das receitas e despesas com o funcionalismo público federal**. Texto para discussão nº. 678. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.
- BEUREN, Ilse Maria.(Organizadora). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade – Teoria e Prática**. São Paulo: ATLAS, 2003.
- BIN, Daniel; CASTOR, Belmiro Valverde Jobim. **Racionalidade e política no processo decisório: Estudo sobre orçamento em uma organização estatal**. Rio de Janeiro: Revista de Administração Contemporânea – RAC – ANPAD; vol. 11, nº. 3, Jul./Set. 2007: 35-56.
- BRASIL. **Lei de controle dos orçamentos e balanços**, Lei 4.320, 17 de março de 1964. Disponível em [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L4320.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm)-acesso em 12/02/2010.
- \_\_\_\_\_. Constituição Federal do Brasil. 1988. CF/88. Acessado em 30/01/2011 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)
- CÂNDIDO JÚNIOR, José Oswaldo. **Os Gastos Públicos no Brasil São Produtivos?** Texto para discussão nº. 2. Brasília: IPEA, fevereiro de 2001.
- CARAVANTES, Geraldo R.; PANNO, Cláudia C.; KLOECKNER, Mônica C. **Administração: teorias e processos**. São Paulo: Pearson, 2005.
- CORRÊA, Volnei Alves. **O processo político no contexto orçamentário**. São Paulo: Revista de Administração da USP, vol. 15 (2), pp. 7-18, abril/junho de 1980.
- CUSTÓDIO, Isaias. **A formulação da missão, políticas, objetivos e estratégias na administração estratégica: um exemplo aplicado a uma empresa estatal ferroviária**. Revista de Administração da USP, volume nº. 21/1, páginas 37-44, janeiro/março de 1986.
- DEVARAJAN, S.; SWARROP, V.; ZOU, H. **The composition of public expenditure and economic growth**. Journal of Monetary Economics, v. 37, p. 313-344, 1996.
- EASTERLY, W.; REBELO, S. **Fiscal policy and economic growth: an empirical investigation**. Journal of Monetary Economics, v. 32, p. 417-458, 1993.

- EASTERLY, William. **National policies and economic growth: a reappraisal**. New York University Center for Global Development, Elsevier, 2005, capítulo 15.
- GASQUES, José Garcia. **Gastos públicos na agricultura**. Texto para discussão nº. 782. Brasília: IPEA, de março de 2001.
- IPEA. **Novo indicador do IPEA aponta que a qualidade do desenvolvimento brasileiro é instável (26/3/2009)**. Disponível em: [www.ipea.gov.br/default.jsp](http://www.ipea.gov.br/default.jsp). Acesso em 19/4/2009.
- IBGE. Contas Regionais do Brasil 2003-2007. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE**. Contas Nacionais. Número 28. Rio de Janeiro. 2009.
- LLEDÓ, V. D.; FERREIRA, P. C. G.; **Crescimento endógeno, distribuição de renda e política fiscal: uma análise *cross-section* para os Estados brasileiros**. Rio de Janeiro, Pesq. Plan. Econ., v. 27, n. 1, pp. 41-70, abril de 1997.
- LLEDÓ, Victor Duarte. **Distribuição de renda, crescimento endógeno e política fiscal: uma análise *cross-section* para os Estados brasileiros**. Texto para discussão nº. 441. Rio de Janeiro: IPEA, outubro de 1996.
- LEVINE, David M. BERENSON, Mark L. STEPHAN, David. **Estatística: Teoria e Aplicações**. Rio de Janeiro. LTC. 2000.
- LODI, João Bosco. **Estratégia de negócios: planejamento a longo prazo**. Rio de Janeiro: Revista Administração de Empresas – RAE; vol. 9 (1), Jan. / março de 1969, pp.5-32.
- MINTZBERG, Henry. **Managing government, governing management**, HBR, may-jun/1996. Tradução de Carlos Antonio Morales. RSP . ano 49, numero 4. acesso em: 12/09/2008. Disponível em <[www.xenophilia.info/georgi/georgi/Harvard\\_Business\\_Review\\_\\_Articles\\_Collection\\_\\_2/Harvardt.pdf](http://www.xenophilia.info/georgi/georgi/Harvard_Business_Review__Articles_Collection__2/Harvardt.pdf)>
- MINTZBERG, Henry; WATERS, James A. **Of Strategies, Deliberate and Emergent**. Strategic Management Journal, Vol. 6, No. 3 (Jul. - Sep., 1985), pp. 257-272. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/2486186>>. Acesso em: 08/01/2009 às 17:04 horas.
- MINTZBERG, Henry. AHLSTRAND, Bruce. LAMPEL, Joseph. **Safári de estratégia: Um roteiro pela selva do planejamento estratégico**. Tradução – Nivaldo Montingelli Jr. Ed. Bookman. Porto Alegre- 2004
- MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. **Controle social nas organizações**. Rio de Janeiro: Revista de Administração de Empresas – RAE. VOL. 19(3)- nº. 4. julho/ set. 1979, pp. 11-25.
- NARAYANAN, V. K.; FAHEY, Liam. **The micropolitics of strategy formulation**. **Source:** The Academy of Management Review, Vol. 7, No. 1 (Jan., 1982), pp. 25-34. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/257245>. Acesso em: 14/01/2009 14:19.
- NUTT, Paul C. **Selecting tactics to implement strategic plans**. Vol. 10, Nº . 2 (Mar. - Apr., 1989), pp. 145-161. Disponível em: [www.jstor.org](http://www.jstor.org)>. Acesso em: 18/01/2009.
- OLIVEIRA, Carlos W.de A; CRUZ, Bruno de O. **Desigualdades regionais e elasticidade de longo prazo do emprego nos Estados do Nordeste com relação**

**ao emprego nacional.** Texto para discussão nº. 704. Brasília: IPEA, fevereiro de 2000.

PEREIRA, Paulo Trigo. **A Teoria da Escolha Pública (*public choice*): uma abordagem neo-liberal?** in *Análise Social*, vol. XXXII (141), p. 419-442 (1997).

Disponível em: [http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221841484T5s\\_AW2pw7Dh10FX8.pdf](http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1221841484T5s_AW2pw7Dh10FX8.pdf) Acessado em 04/07/2011

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Econometria: modelos e previsões.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. **Contabilidade Pública: uma abordagem da Administração Financeira Pública.** São Paulo: Atlas, 1998.

RICHERS, Raimar. **Elementos para uma teoria de decisões estratégicas.** São Paulo: Revista de Administração da USP – RAUSP. Volume: 17 – nº. 4, out. / dez. 1982.

RING, Peter Smith; PERRY, James L. **Strategic Management in Public and Private Organizations: Implications of Distinctive Contexts and Constraints.** Vol. 10, No. 2 (Apr.1985), pp. 276-286. Disponível//[www.jstor.org/stable/257969](http://www.jstor.org/stable/257969)>. Acesso em: 12/01/2009.

ROCHA, Fabiana; GILBERTI, Ana Carolina. **Composição do gasto público e Crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos Estados brasileiros.** Econ. Aplic., São Paulo, 11(4): 463-485, outubro-dezembro de 2007.

SANT'ANNA, José Mário Bispo. TEIXEIRA, Arilton. **Efeitos dos Gastos Públicos sobre o PIB: um Teste Empírico nos Municípios do Estado do Espírito Santo.** ENANPAD 2006.

STEVENS, John M.. MCGOWAN, Robert P..**Managerial strategies in municipal government organisations.** The Academy of Management Journal, Vol. 26, No. 3 (Sep., 1983), pp. 527-534 Disponível em [jstor.org/stable/256264](http://jstor.org/stable/256264) Acesso em: 17/12/2009 12:45.

STN – Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual técnico de contabilidade aplicada ao setor público.** Manual de despesa nacional aplicado à união, aos Estados, ao distrito federal e aos municípios válido para o exercício de 2009. (portaria conjunta STN/SOF nº 3, de 2008). 1ª edição. Volume II.

VOLBERDA, Henk W. **Crise em estratégia: fragmentação, integração ou síntese.** Rio de Janeiro: RAE, vol. 44, nº. 4, pp. 32-43, OUT./DEZ. 2004.

WHITTINGTON, Richard. **Estratégia após o modernismo: recuperando a prática.** Rio de Janeiro: Revista de Administração de Empresas (RAE), vol 44, nº. 4, out./dez. 2004, pp. 44-53.